

CAPÍTULO 3. METODOLOGIAS E INSTRUMENTOS DE ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA

1. ESSÊNCIA

À análise financeira cabe examinar a evolução da situação financeira e da rendibilidade partindo de documentos contabilístico-financeiros e outros indicadores geralmente históricos (Balanços, Demonstrações de Resultados, Anexo, mapas de fluxos financeiros, mapas de origem e aplicações de fundos, estudos das centrais de balanços, tabelas de indicadores, etc) a fim de ajuizar em que medida:

- a) a empresa dispõe de meios financeiros adequados às suas necessidades operacionais ou tem capacidade para deles vir a dispor no futuro (questões ligadas à liquidez⁴⁵ e à solvabilidade⁴⁶);
- b) a empresa tem aptidões para gerar valores e/ou rendimentos que satisfaçam direitos e expectativas dos que nela trabalham/investem, assegurando, em simultâneo e de modo competitivo, a sua continuidade no mercado (factos relacionados com a rendibilidade e produtividade).

2. COMPARABILIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTABILÍSTICO-FINANCEIRAS INTRAEMPRESA

2.1. Balanços e DR comparados

2.1.1. Comparabilidade de Balanços

Pressupõe a normalização prévia das informações contabilístico-financeiras e complementares existentes e pode ser feita:

- a) em valores absolutos
- b) em percentagens (valores relativos)
- c) em termos gráficos

- a) em valores absolutos
Esta comparação permite contribuir para entender a evolução da situação económico-financeira, através do conhecimento das mutações havidas nas respectivas massas patrimoniais.

Para tal efeito elabora-se um mapa ou quadro de mutação de valores, o qual, apresentando, entre dois anos sucessivos, acréscimos e decréscimos nos saldos das diferentes rubricas do balanço, constitui uma primeira fonte de informação a completar com outros dados e/ou métodos de análise.

⁴⁵ Equilíbrio financeiro no curto prazo.

⁴⁶ Capacidade da empresa para pagar dívidas e responsabilidades assumidas para com terceiros, através dos seus activos. Se não tiver essa capacidade poderemos estar perante uma situação de falência técnica.

Exemplo simplificado (valores em 10^3 euros):

	X	X+1	Δ	∇
ACTIVO	140.500	162.500	22.000	
IOAMP	115.000	136.500	21.500	
Inventários	15.500	16.000	500	
Cientes	7.000	6.000		1.000
Meios financeiros líquidos	3.000	4.000	1.000	
.....				
Fornecedores exploração	8.500	9.600	1.100	

b) em percentagens

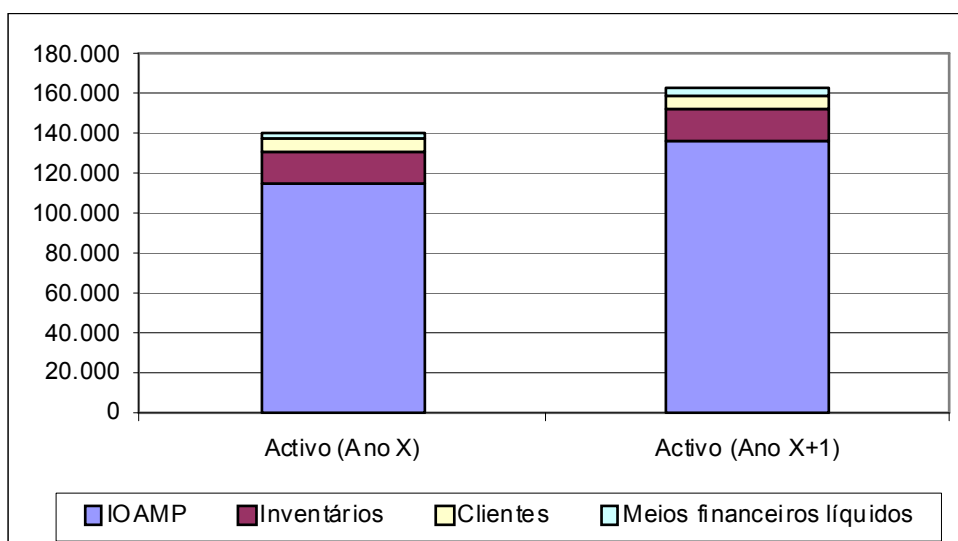
Trata-se de procedimento que complementa a metodologia dos valores absolutos e que é particularmente importante no caso das massas patrimoniais a comparar serem fortemente atingidas pela inflação ou no caso de querermos conhecer a evolução relativamente a um determinado somatório de rubricas.

Exemplificando:

	X		Y	
	Valor	%	Valor	%
ACTIVO	140.500	100.0	162.500	100.0
IOAMP	115.000	81.8	136.500	84.0
Inventários	15.500	11.0	16.000	9.8
Cientes	7.000	5.0	6.000	3.7
Meios financeiros líquidos	3.000	2.2	4.000	2.5
.....				
Fornecedores exploração	8.500	6.0	9.600	5.7

c) em termos gráficos

Após o apuramento percentual relativo a cada uma daquelas massas torna-se mais fácil efectuar as respectivas representações gráficas o que muito facilita na análise visual das mutações ocorridas:



2.1.2. Comparabilidade de Demonstrações de Resultados

Consiste essencialmente na comparação das várias rubricas, de pelo menos 2 anos sucessivos, das Demonstrações de Resultados, quer utilizando valores absolutos, quer determinando valores percentuais tomando como base (100%) as Vendas líquidas, o Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas, os Rendimentos totais, etc, quer procedendo a representações gráficas, na sequência de normalização prévia das informações contabilístico-financeiras complementares e à semelhança dos procedimentos considerados na comparabilidade dos Balanços.

3. COMPARABILIDADE INTRA-SECTORIAL-CENTRAIS DE BALANÇOS

No âmbito da comparabilidade intra-sectorial, assumem particular importância os elementos médios fornecidos pelas centrais de balanços, as quais utilizam critérios próprios de classificação das empresas, com a finalidade de avaliar o risco, e cujos outputs podem ser utilizados no sentido de apreciar a viabilidade de concessão de crédito às empresas que o solicitem.

Tal avaliação – efectuada, designadamente, pela Central de Balanços do Banco Comercial Português (ex-Central de Balanços do Banco Português do Atlântico) –, tem, entre outros, subjacente o apuramento de rácios de autonomia financeira, capacidade de reembolso dos empréstimos, proporção dos encargos financeiros no volume de vendas, etc, o qual permite classificações numa escala de 0 a 100, sendo o risco atribuído à empresa tanto menor quanto maior for a classificação obtida.

Por outro lado, e igualmente numa perspectiva de comparabilidade sectorial, tem papel relevante a Central de Balanços do Banco de Portugal, cujas principais características abaixo transcrevemos:

“A Central de Balanços foi criada em 1987 e reúne um importante conjunto de informações económicas e financeiras das empresas que voluntariamente com ela aceitam colaborar. Além de dotar o Banco de Portugal de instrumentos válidos para a análise da situação e das perspectivas económico-financeiras dos sectores de actividade, a Central de Balanços proporciona aos empresários portugueses informações úteis para a gestão e enquadramento das suas empresas no respectivo sector de actividade e faculta às Associações Empresariais, Universidades, Consultores, Analistas e outros utilizadores dados agregados para apoio na realização de estudos.

Os dados são recolhidos através do preenchimento pelas empresas de um inquérito anual, em papel ou em disquete, e, depois de convenientemente analisados e validados, dão origem a "Quadros-Síntese" individuais e de centralizações globais. A partir destas últimas são editados "Quadros de Situação Sectoriais" por sectores de actividade económica, com o máximo de desagregação possível. Neste momento decorre o exercício referente a 2002. Para este exercício foi introduzida uma nova aplicação de recolha dos inquéritos da Central de Balanços em ficheiro MS Excel 97 que é distribuída na página das aplicações de recolha de informação.

A Central de Balanços oferece às empresas aderentes estas publicações, acompanhadas de um "Manual de Análise" para facilitar a sua interpretação e utilização. As publicações são de utilidade para apoio da gestão das empresas e do seu enquadramento no respectivo sector de actividade, podendo também ser úteis, sobretudo o "Quadro-Síntese", para aquelas empresas que decidam fazer a sua apresentação nas instituições de crédito, com vista a facilitar a apreciação de pedidos de financiamento para investimento, a negociação de níveis de crédito ou, em geral, a melhorar o conhecimento das empresas pelos seus Bancos.

Os "Quadros de Situação Sectoriais", sem valores individuais, têm sido editados pela Central de Balanços em suporte papel ou em CD e contêm informações de interesse para apoio da realização de estudos sobre a situação e evolução dos sectores de actividade. A partir do exercício de 1999, os "Quadros de Situação Sectoriais" passaram a ser distribuídos gratuitamente através da página do Banco na Internet. Neste momento estão disponíveis os anos de 1991 a 2001.

Podem ainda ser fornecidos aos interessados, mediante pedido e em condições a estabelecer casuisticamente, outros dados agregados, não normalizados, obtidos a partir da exploração da base de dados.

A Central de Balanços do Banco de Portugal participa na base de dados BACH - Bank for the Accounts of Companies Harmonized, gerida pela DG II da Comissão Europeia, que contém informações de natureza económica-financeira, agregadas por sectores de actividade económica, procedentes de empresas de 12 países europeus (Alemanha, Áustria, Bélgica, Dinamarca, França, Finlândia, Espanha, Holanda, Itália, Portugal, Reino Unido e Suécia), dos Estados Unidos da América e do Japão. As séries são variáveis de país para país: a série mais longa principia em 1982 e a mais curta em 1990. O acesso a esta base de dados na Internet é gratuito."

4. INDICADORES⁴⁷

4.1. Noção e limitações

Consistem numa relação ou numa diferença estabelecidas entre elementos colhidos no Balanço, na DR, no Anexo ou noutras fontes (orçamentos, relatórios, publicações empresariais, oficiais e bancárias, estatísticas diversas, etc) e podem ser expressos sob a forma de quociente, % ou resultar duma diferença (valor absoluto).

Trata-se de importante técnica de análise financeira que permite interpretar o significado de abundantes quantidades de informação de interesse gestivo em geral, bem como comparar o desempenho económico-financeiro face a outras empresas do sector (comparação intra-sectorial) e/ou avaliar a evolução temporal de cada uma (comparação intra-empresa).

Embora assumam assinalável papel como auxiliares do gestor financeiro e dos restantes gestores em geral não devem ser instrumento exclusivo de análise, pois a sua utilização requer que se tenha presente que:

- indiciam e/ou detectam anomalias que, no entanto, não conseguem explicar;
- isoladamente considerados (fora do contexto da economia, do sector específico, do horizonte temporal sob análise ou da estratégia de gestão) fornecem informação pouco relevante;
- podem reflectir diferentes realidades, em momentos diferentes, embora com valores semelhantes, se não houver homogeneidade de critérios na composição dos elementos que os determinam (consequência da inexistência de normalização na sua construção);
- podem ser afectados por alterações de tipo sazonal ou acidental;
- não permitem ajuizar seguramente quanto a fenómenos prospectivos, reconhecendo-lhe-se, todavia, a possibilidade de contribuírem para a definição dos objectivos a atingir;
- apenas tratam elementos quantitativos (motivação, capacidade técnica, qualidade dos gestores não interferem na sua construção);
- podem levar a falsas comparabilidades, caso estejam influenciados por diferentes práticas/políticas contabilísticas (não consistência) ou resultem de elementos suporte não previamente preparados.

Deverão ser utilizados de forma criteriosa e casuística de acordo com as necessidades e factos em presença e não necessariamente recorrendo a “baterias” mais ou menos exaustivas.

Também são conhecidos por índices e coeficientes, assumindo a designação de rácios apenas quando resultam de quocientes ou se apresentam sob a forma de %. São indispensáveis nas análises de crédito, económico-financeiras em geral, nas estimativas de risco de mercado e como instrumento fundamental de apoio à gestão.

⁴⁷ A 1ª publicação de rácios foi feita em 1932, pela DUN & BRADSTREET, com base nos elementos de balanço fornecidos pelas empresas americanas mais representativas de cada tipo de actividade.

4.2. Classificação

Quanto à natureza e objectivos de análise

Financeiros

- ⇒ apreciam aspectos exclusivamente relacionados com fenómenos financeiros – estrutura financeira, capacidade de endividamento, solvabilidade (v.g. capitais próprios/capitais totais).

Económicos ou de rendibilidade

- ⇒ procuram evidenciar situações ligadas às estruturas de custos e proveitos, margens, capacidade de autofinanciamento (v.g. resultados operacionais/vendas).

Económico-financeiros

- ⇒ v.g. Vendas/Activo

De funcionamento

- ⇒ tentam ajudar a explicar os impactos financeiros das decisões dos gestores ao nível do ciclo de exploração (v.g. PMP, PMR, rotação de *stocks*).

Técnicos

- ⇒ medem o rendimento do equipamento, o nível de produtividade, etc.

De mercado

- ⇒ dão indicações acerca da forma como o mercado avalia o desempenho da empresa (v.g. PER, PBV, etc).

Quanto às fontes escolhidas

Efectivos

- ⇒ são extraídos directamente do Balanço, DR ou de estatísticas (de produção, de vendas, dos rendimentos).

Orçamentais

- ⇒ retirados do orçamento

Médios ou básicos

- ⇒ obtidos através de médias ou medianas do sector fornecidas nomeadamente pelas centrais de balanços.

Ideais

- ⇒ decorrem de observação da actividade ideal numa empresa cujo funcionamento é considerado racional